



Diagnóstico Social de Alfândega da Fé 2024-2027





Ficha Técnica

Título

Diagnóstico Social de Alfândega da Fé 2024-2027

Versão Final

novembro de 2024

Autor

Município de Alfândega da Fé

Coordenação Geral

Maria Manuel Silva, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Coordenação Técnica

Conceição Pereira, Chefe da Divisão Económica, Cidadania, Animação e Juventude

Elaborado por

Olga Vaz, membro da equipa Radar Social

Tânia Esteves, membro da equipa Radar Social

Alexandra Ribeiro, membro da equipa Radar Social



Índice

1. Enquadramento Geral.....	4
1.1. Justificação.....	4
1.2. Objetivos.....	5
1.3. Abordagem Metodológica.....	6
1.3.1. Estratégia e Técnicas de Recolha de Dados.....	7
1.3.2. Identificação de Problemas.....	8
2. Enquadramento Territorial.....	11
3. Caracterização Demográfica.....	12
4. Caracterização Económica.....	16
5. Igualdade de Género.....	21
6. Grupos Sociais em Situação de Vulnerabilidade.....	25
6.1. População Idosa.....	25
6.2. Crianças e Jovens.....	31
6.3. Pessoas em Situação de Carência/Vulnerabilidade.....	35
6.4. População com Deficiência.....	40
6.5. Violência Doméstica e de Género.....	42
6.6. População Migrante.....	43
7. Promoção da Saúde.....	46
8. Problemáticas Identificadas.....	48
9. Nota Final.....	51



1. Enquadramento Geral

1.1 Justificação

O Programa Rede Social foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro de 1997, tendo sido posteriormente publicado o Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro e o Decreto-Lei nº 115/2006 de 14 de Junho. Trata-se de um programa que pretende incentivar os organismos do setor público e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

O trabalho da Rede Social passa por permitir uma maior adequação e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos/às cidadãos/ãs de um modo geral, devendo incidir particularmente nas situações de vulnerabilidade.

O trabalho desenvolvido pela Rede Social ganha destaque também na sua contribuição para o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas, uma vez que o seu trabalho permite conhecer a sua comunidade assim como as suas nuances e desta forma ter uma influência positiva no que diz respeito ao combate à pobreza e redução das desigualdades, em todas as suas formas, através da definição de estratégias conjuntas.

Para operacionalizar o seu trabalho a Rede Social deve produzir três instrumentos fundamentais: o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação bianual.

O Diagnóstico Social ou Caracterização Diagnóstica é compreendido como um instrumento dinâmico, sujeito a atualização periódica, que, ao ser produzido com a participação ativa de todos os parceiros, permite o conhecimento e compreensão da realidade social através da identificação das necessidades, da deteção dos problemas prioritários e respetivas causalidades bem como dos constrangimentos, das potencialidades assim como os recursos já existentes.

Por Plano de Desenvolvimento Social (PDS) entende-se a definição de um plano estratégico no qual se definem as estratégias de intervenção bem como os objetivos a alcançar. É um instrumento de definição conjunta e contratualizada de objetivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local. O PDS enuncia uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide.

O Plano de Ação (bianual) em que se explicitem as ações, cronograma, parceiros



envolvidos e recursos para a cada ação bem como a relação das ações com os objetivos específicos no Plano de Desenvolvimento Social.

Assim, em última instância, o modelo de implementação do plano de ação pretende aproximar a comunidade e os/as seus/suas principais intervenientes numa lógica colaborativa, de modo a ter um impacto significativo sobre eles/as, através uma abordagem participativa, gerando espaços de encontro e diálogo entre os diferentes atores/atrizes locais de forma a obter resultados fiáveis e úteis para melhorar situações coletivas e ajudar a aumentar o empoderamento da comunidade e dos cidadãos e cidadãs envolvidos/as. Parte-se do pressuposto que a participação ativa e a implicação dos cidadãos e das cidadãs e do tecido social é a melhor forma de alcançar com sucesso os objetivos do projeto: por um lado, porque o conhecimento experiencial de quem habita os territórios complementa o conhecimento técnico e científico e permite detetar problemas e encontrar soluções mais afinadas e mais criativas; por outro lado, porque corresponsabiliza todos os/as atores/atrizes envolvidos/as que passam a fazer parte, não só da tomada de decisões, mas também da ação transformadora.

A metodologia utilizada para a realização deste Diagnóstico Social concelhio assentou na participação e articulação entre as diversas instituições envolvidas.

Partiu-se da combinação entre análises qualitativas e quantitativas, sendo de crucial importância a pesquisa bibliográfica e as informações já existentes fornecidas pelos organismos parceiros nesta rede.

1.2 Objetivos

Tomando como referência a prossecução dos objetivos da Rede Social, nomeadamente:

- Combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- Promover o desenvolvimento social integrado;
- Promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- Contribuir para a concretização, acompanhamento e avaliação dos objetivos do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI);
- Integrar os objetivos da promoção da igualdade de género, constantes do Plano Nacional para a Igualdade (PNI), nos instrumentos de planeamento;
- Garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto



de respostas e equipamentos sociais ao nível local;

- Criar canais regulares de comunicação e informação entre os parceiros e a população em geral.

O presente diagnóstico tem como principais objetivos identificar, analisar e priorizar, de forma participativa, problemas e potencialidades do território, de modo a sustentar a estratégia de intervenção a definir no Plano de Desenvolvimento Social e no Plano de Ação.

1.3 Abordagem Metodológica

Em qualquer processo empírico é fundamental a conjugação de esforços entre as várias esferas de uma sociedade, através dos poderes públicos a nível local, regional e central e redes locais de entidades de natureza privada ou cívico-solidária e dos cidadãos e cidadãs comuns para a implementação de políticas públicas. A participação de todos/as deve ser, sempre, tida em conta pela sua participação na comunidade bem como na coesão territorial.

A participação não deve ser, porém, algo pontual uma vez que é um processo através do qual as pessoas, os grupos, os territórios se (re)apropriam dos seus recursos, da sua identidade, intervêm na vida social, política e cultural e fazem ouvir a sua voz nas instâncias de decisão. Os processos participativos constituem uma estratégia coerente, flexível, intencional para pôr as pessoas e comunidades afetadas por um mesmo problema a trabalhar juntas, oferecendo-lhes metodologias para cooperar e assegurando que obtenham e compreendam a informação necessária para tomar decisões consensuais. São, por isso, espaços de encontro, diálogo, intercâmbio, reflexão, mas também de ação, conflito, transformação e negociação, naturalmente presentes em processos e dinâmicas de desenvolvimento que permite incorporar a multidimensionalidade dos fenómenos e dinâmicas sociais.

Na elaboração do Diagnóstico Social, a recolha de informação e as respetivas fontes, são as suas bases de sustentação. Assim, na construção deste trabalho recorreremos não só a informações exógenas, mas também e, sobretudo, a fontes endógenas do concelho de Alfândega da Fé. Foram os dados fornecidos pelas entidades aqui apresentadas, juntamente com o processo participativo, que nos permitiram conhecer os reais problemas e os recursos já existentes no concelho.

A elaboração de um estudo de diagnóstico exige metodologias de trabalho que permitam incorporar a multidimensionalidade dos fenómenos e dinâmicas sociais.

O diagnóstico da situação implica um processo de investigação/ação participado e

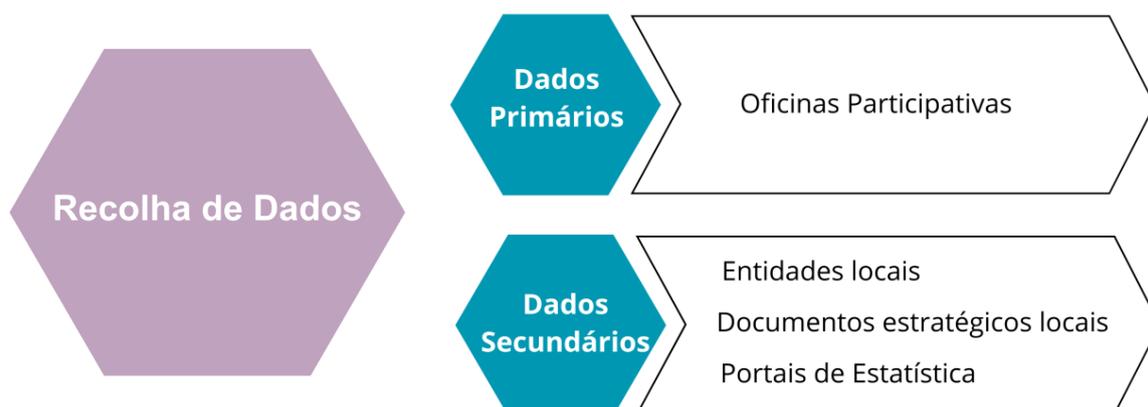


dinâmico onde os atores sociais do sistema em estudo dão um forte contributo com o conhecimento que têm da situação.

1.3.1 Estratégia e técnicas de recolha de dados

Num processo diagnóstico participativo, a investigação configura-se numa metodologia de investigação ação participativa, tendo por base, mais concretamente, o paradigma crítico que, para além da compreensão dos indivíduos e contextos, visa uma maior vinculação da investigação com a ação e a transformação social. O objetivo do conhecimento produzido não é a sua generalização teórica, mas sim a sua aplicação prática para a melhoria das condições de vida das populações que integram a realidade em estudo.

Neste caso, a técnica participativa utilizada foi o fluxograma, que se constitui como uma técnica orientada a estabelecer a priorização de problemas mediante o estabelecimento consensual de múltiplas correntes de relação causa-efeito, aliada à recolha de dados secundários junto das entidades locais e regionais. Foram realizadas oficinas participativas com os membros do Núcleo Executivo da Rede Social de Alfândega da Fé e com o Núcleo de Proteção à Pessoa Idosa que foram marcadas por uma dinâmica de partilha de opiniões e argumentação entre as pessoas presentes, com base em perguntas chave (Quais os principais problemas no território? O que é causa e o que é consequência? O que é ainda necessário fazer para colmatar os problemas?), que estimulou a reflexão conjunta e o desenvolvimento do pensamento crítico em torno das necessidades do território.



Com a aplicação da técnica do fluxograma, procurou-se aprofundar e priorizar problemas através da elaboração coletiva de um gráfico, como aquele que é apresentado na figura acima, no qual se procura estabelecer as relações de causa e efeito entre os problemas apontados pelos/as intervenientes nas oficinas participativas de modo a identificar os principais fatores por onde o trabalho deve começar. O resultado deste exercício de análise coletiva é apresentado na tabela que se segue. Os resultados do fluxograma realizado apontam como principal problema causal, segundo este grupo, o “aumento da população idosa em detrimento dos/as jovens” por ser aquele que tem mais setas “de saída”.

Problema	Efeito	Causa
Falta de comparência da população migrante às consultas no centro saúde	2	0
Falta de autonomia por parte da população jovem	1	0
Falta de recursos materiais e humanos nas instituições	0	1
Falta de respostas no âmbito da saúde mental	1	0
Pouca autonomia e gestão das famílias migrantes	1	1
Ausência de mediadores interculturais	0	3
Baixa natalidade	1	0
Superproteção por parte dos pais	0	1
Isolamento da população idosa	2	0
Ausência de espaços atrativos para os/as jovens	1	2
Discriminação por parte das empresas no momento de contratação de pessoas (nacionalidade búlgara)	1	0
Falta de estímulos/atividades interesses (na participação em atividades, p. ex.) por parte da população jovem (2x)	2	0
Barreiras arquitetónicas (falta de acessibilidade)	0	1
Baixos incentivos à natalidade	0	2

Poucas vagas sociais nos lares	4	2
Mensalidades nos lares elevadas	1	1
Limitações motoras	0	2
Fraca rede de transportes	0	1
Falta de atividades e recursos humanos nas aldeias para acompanhamento das pessoas idosas	1	1
Ausência de ciclovia e/ou de percurso pedonal	1	1
Tempo excessivo com as novas tecnologias, por parte dos/as jovens	0	1
Falta de adaptação das habitações	2	0
Aumento da população idosa em detrimento dos/as jovens	2	4
Baixos rendimentos (pensões)	1	1
Tempo de espera elevado no acesso às consultas de acesso às especialidades de saúde	0	1
Centros de dia não são sustentáveis em termos financeiros	1	0
Diagnóstico insuficiente nas pessoas idosas com possíveis questões mentais	3	0
Isolamento da população idosa (social e geográfico)	5	1
Falta de centros de dia no concelho	0	2
Aumento da toma de ansiolíticos precocemente (dificuldades "cognitivas" mais cedo)	0	1
Crenças enraizadas da população idosa (questões de higiene e financeiras)	0	4
Elevada lista de espera nos lares	1	1
Más condições habitacionais	2	0

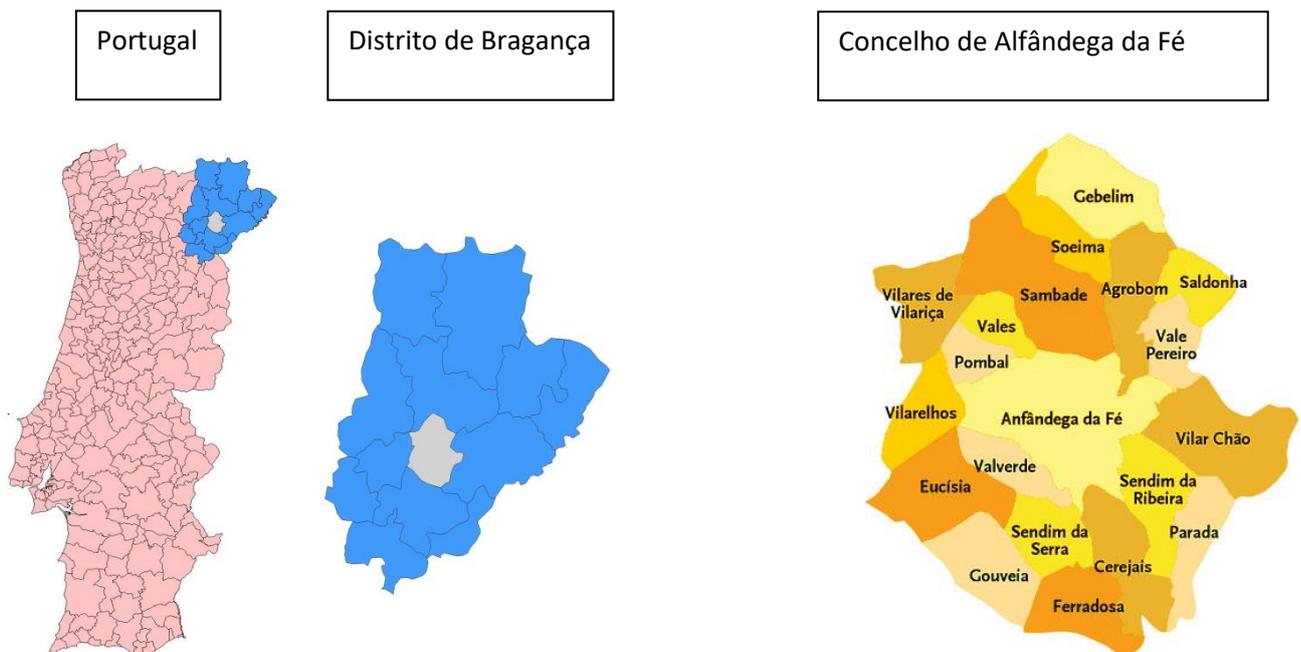


Falta de retaguarda familiar	0	2
Falta de condições de higiene (indivíduo e habitação)	2	0

Após análise da relação entre os problemas apontados pelas pessoas presentes nas oficinas participativas, vemos que a maior parte deles passam pela preocupação em relação à população idosa do concelho, destacando-se as insuficientes vagas sociais nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, o aumento da população idosa em relação à população jovem e o isolamento social e geográfico das pessoas idosas. Como iremos constatar adiante, todos estes problemas vão de encontro aos dados estatísticos do nosso território, que os corroboram.

2. Enquadramento Territorial

Figura 1 - Localização do concelho de Alfândega da Fé





O concelho de Alfândega da Fé integra a Região Norte (NUTS II) e a Sub-região de Terras de Trás-os-Montes (NUTS III), representando 4% da sua área, 2,7% da população e, aproximadamente 5% do número total de freguesias.

Pela orgânica territorial pertence ao distrito de Bragança, sendo delimitado a Sul pelo concelho de Torre de Moncorvo, a Oeste pelo concelho de Vila Flor, a Noroeste pelo concelho de Mirandela, a Norte pelo concelho de Macedo de Cavaleiros e a Este pelo concelho de Mogadouro.

O Concelho está subdividido administrativamente em 12 freguesias, distribuídas por uma área total de 322 km². A sede de Concelho ocupa 13% da superfície total.

3. Caracterização Demográfica

O concelho de Alfândega da Fé sofre dos mesmos constrangimentos que os restantes concelhos da região, que nas últimas décadas sofreram transformações demográficas, sociais e económicas significativas. Concelho rural, com efetivos populacionais muito baixos, tem vindo a sofrer um contínuo processo de despovoamento e envelhecimento da população, sendo esta de 4 222 habitantes, segundo as estatísticas da base de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2023.

Em termos populacionais Alfândega da Fé tem assistido ao longo dos últimos anos a um decréscimo populacional muito acentuado. Este facto deve-se essencialmente aos movimentos migratórios e devido ao peso da interioridade e a consequente fragilidade do tecido económico.

Relativamente à estrutura etária da população residente, constatamos um duplo envelhecimento da população, havendo um aumento da população com 65 ou mais anos de idade e uma diminuição da população mais jovem. Segundo dados do INE, em 2023, Alfândega da Fé apresenta um índice de envelhecimento de 447,2%, uma Taxa Bruta de Natalidade de 4,3‰ e uma Taxa Bruta de Mortalidade de 17,2 ‰. Ao observarmos as taxas de natalidade e mortalidade verificamos que as primeiras assumem valores inferiores às segundas, havendo portanto um excedente de vidas negativo.

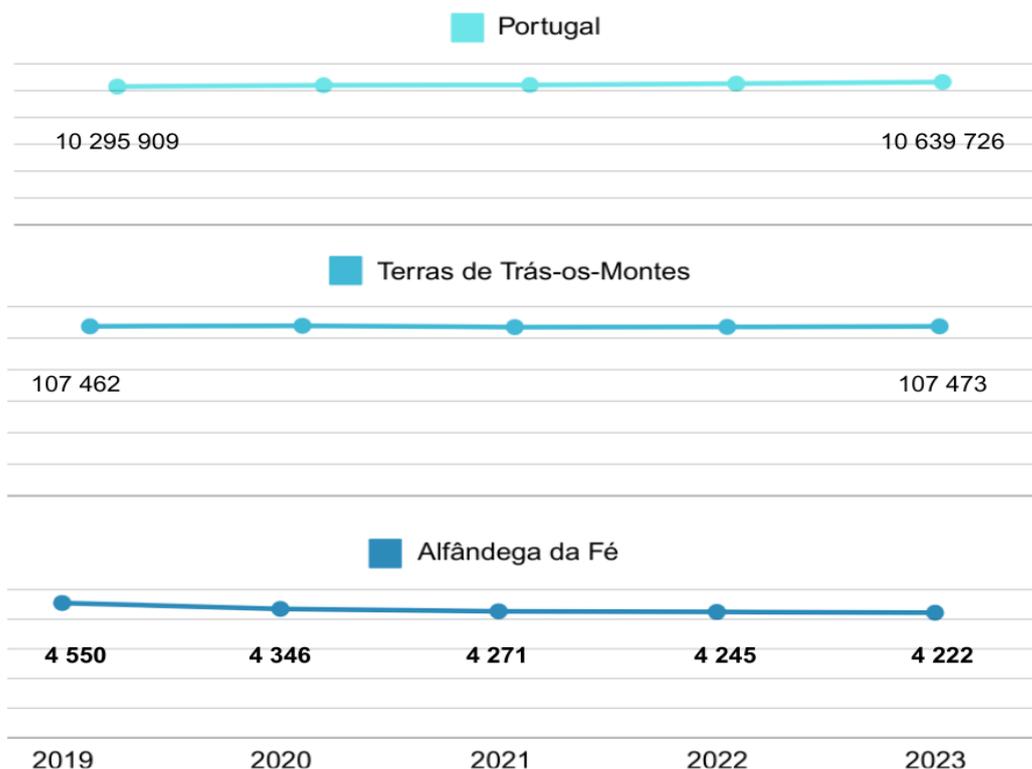


Figura 2 - População residente (nº) em Alfândega da Fé por sexo e grupos etários, em 2023



De acordo com o quadro acima referido, pode verificar-se que no concelho de Alfândega da Fé a população do sexo feminino está ligeiramente acima em relação à do sexo masculino e a grande maioria da sua população residente encontra-se no grupo etário dos 15 aos 64 anos de idade.

Gráfico 1 - Evolução da População Residente (nº) de 2019 a 2023

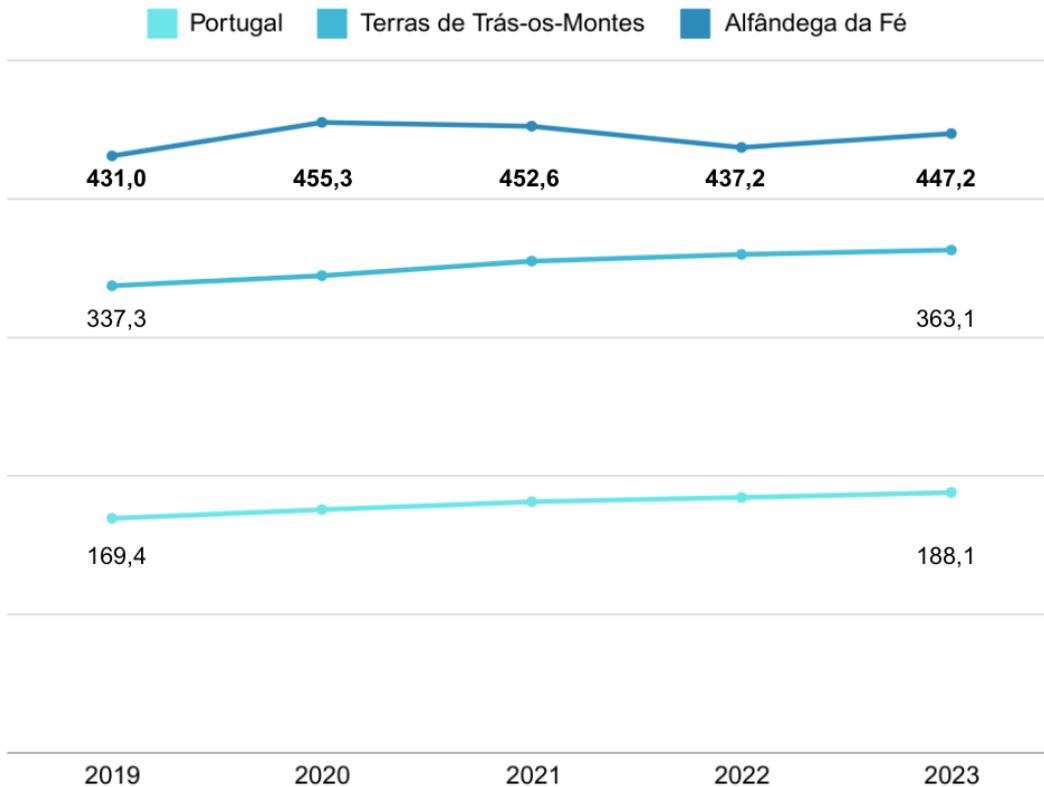


Fonte: INE



Em relação à evolução da população entre os anos de 2019 a 2023, podemos constatar na representação gráfica, acima, que houve um decréscimo populacional em Alfândega da Fé, ao contrário das Terras de Trás-os-Montes e de Portugal onde se verifica um ligeiro aumento.

Gráfico 2 - Índice de Envelhecimento¹ de 2019 a 2023



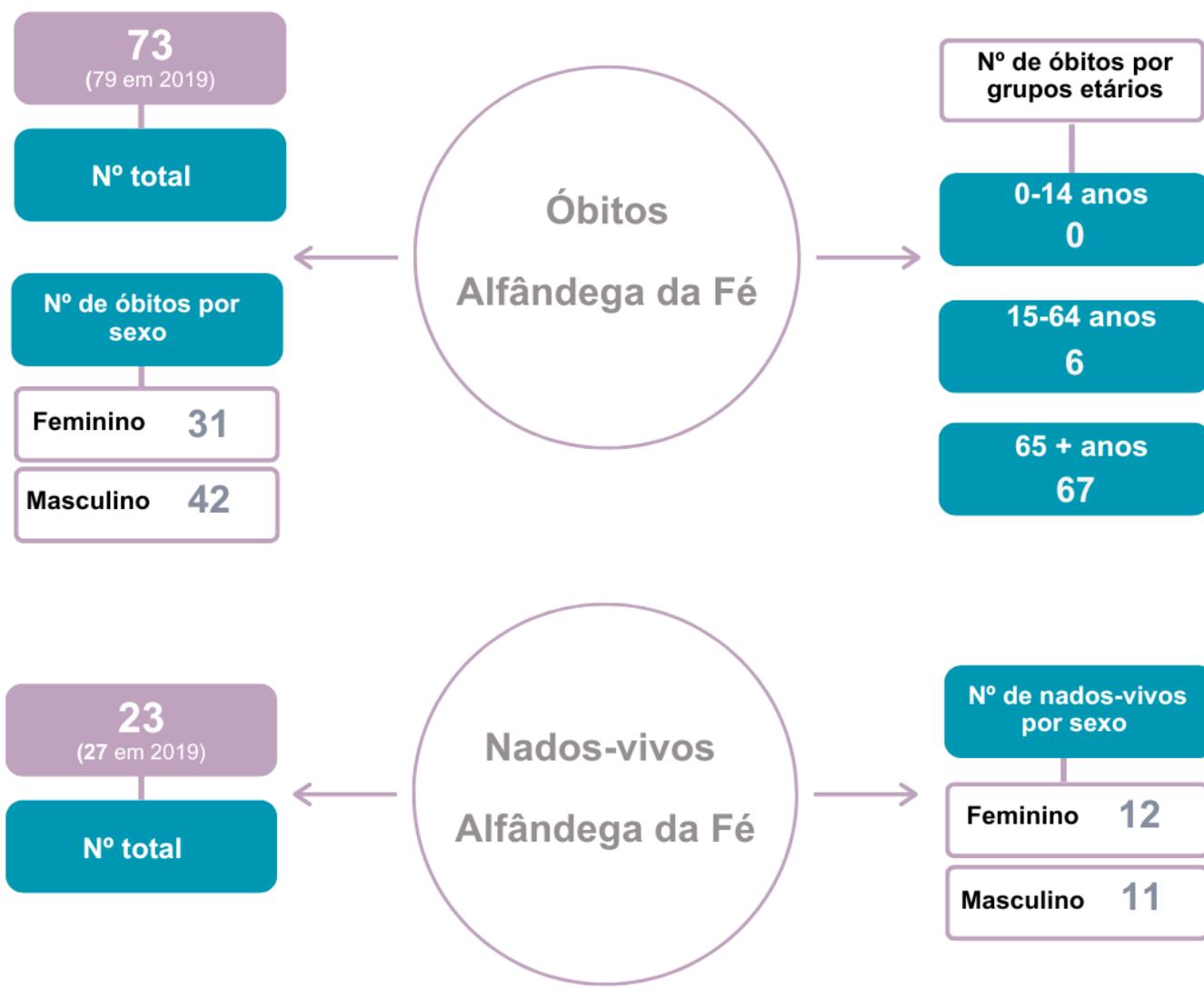
Fonte: INE

Relativamente ao índice de envelhecimento, como consta na informação acima, confirma-se que, embora se tenham verificado algumas oscilações, houve um aumento do mesmo em Alfândega da Fé. Já a nível nacional e regional, verificou-se um aumento, de forma gradual, segundo dados do INE.

¹**Índice de Envelhecimento:** Relação entre a população idosa e a população jovem expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos (nº de idosos por cada 100 jovens).



Figura 3 - Nº de Nados Vivos e Nº de Óbitos, em 2023



Fonte: INE

Analisado o contexto social e territorial deparamo-nos com uma tendência de regressão sócio demográfica.

Este fenómeno resulta da saída de população do concelho, aliada à diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade, que se acentua à medida que a população se torna mais envelhecida.

Dito de outra forma mais pragmática, a atual estrutura demográfica do concelho não permite a recuperação populacional, pelo que as políticas de intervenção devem ser prioritariamente orientadas para os fatores de atração de elementos populacionais em idade ativa vindos de outras zonas do país, ou até de outros países.

A sede de Concelho assume, neste quadro de decréscimo populacional, um novo protagonismo, revelando um papel fundamental na dinamização económica enquanto



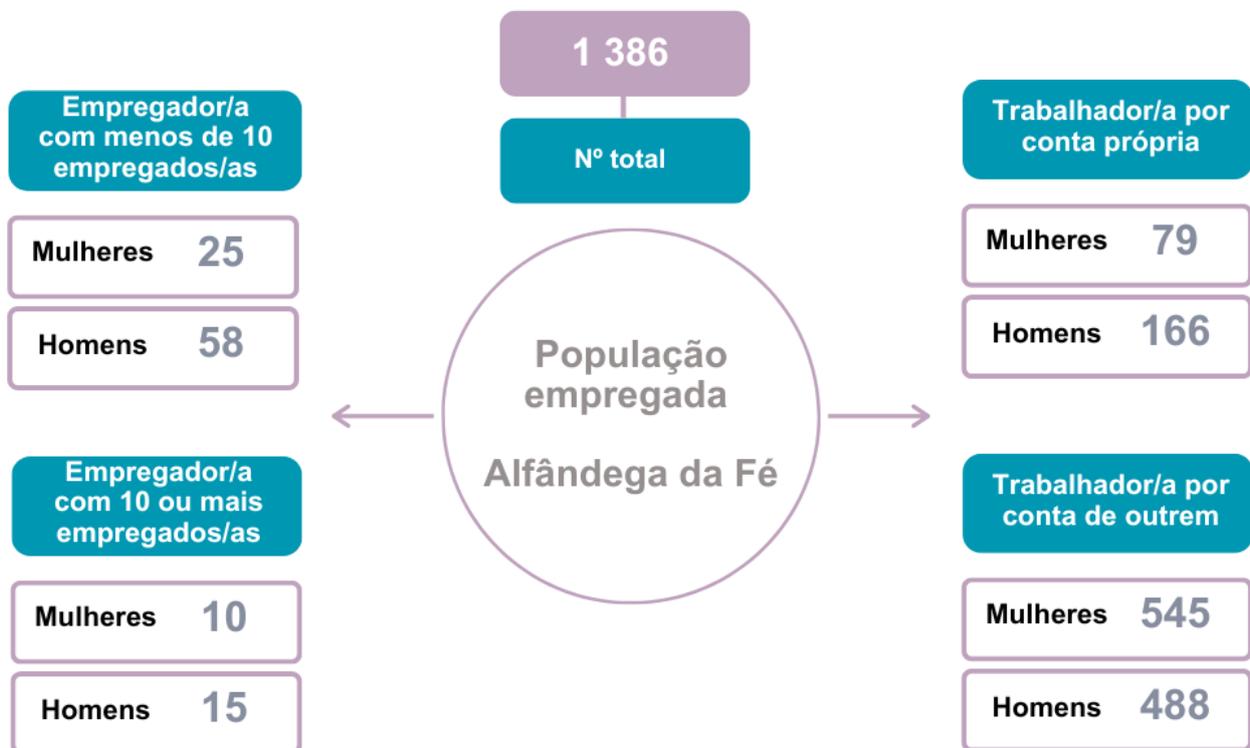
centro de dinamização social, cultural e tecnológica e pela prestação à população de um leque de bens e serviços (ensino, saúde, comércio e serviços públicos).

Refletindo esta tendência demográfica, a Vila de Alfândega da Fé apresenta-se como território local de fixação da população e de implementação de atividades que lhe permite ser o guardião do desenvolvimento da sua região, embora esta ocupação da população se faça sobretudo à custa do despovoamento das restantes localidades do concelho.

4. Caracterização Económica

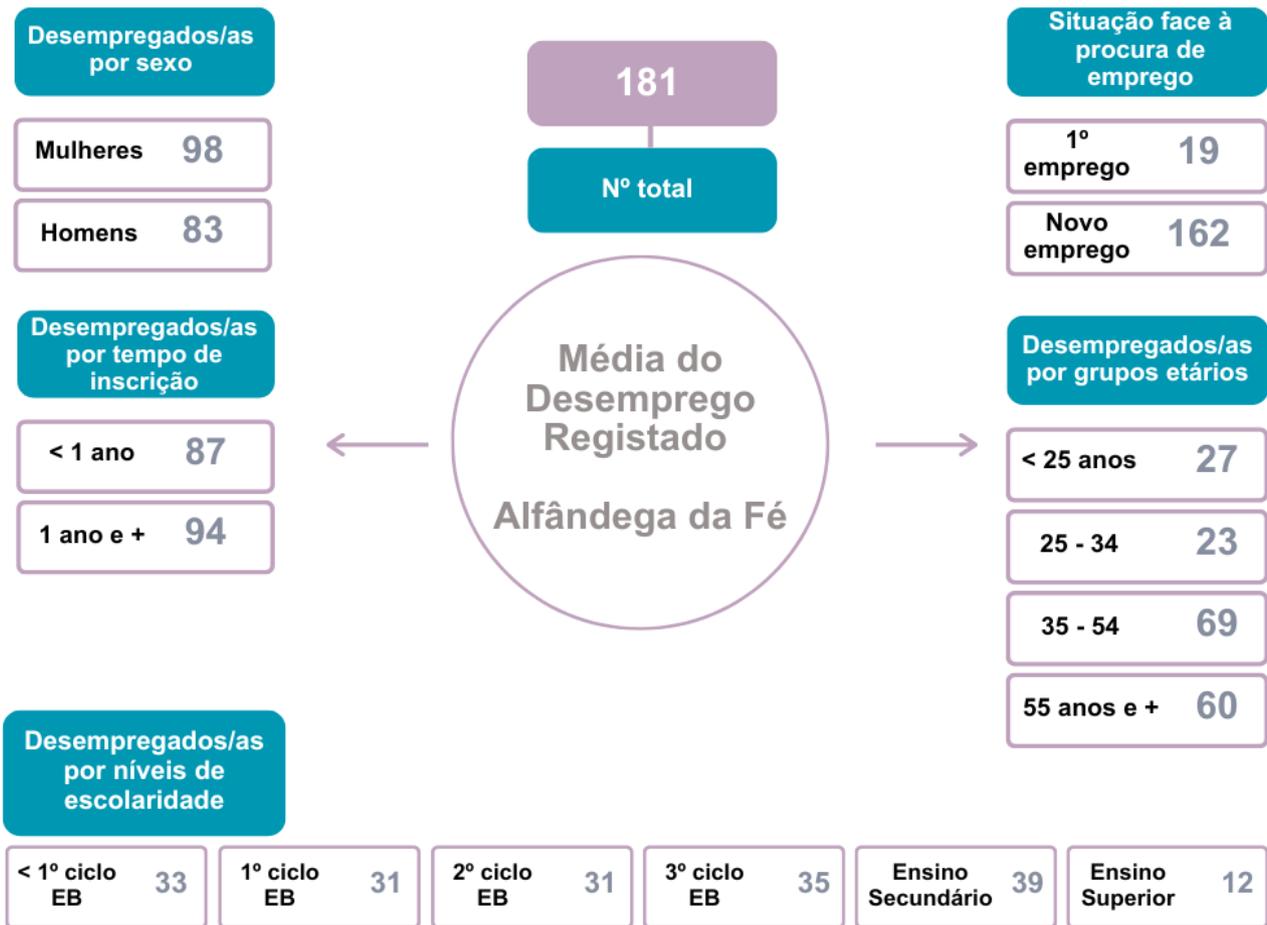
Num território do interior e cada vez mais despovoado, a análise de dados que nos dêem a conhecer a situação de empregabilidade é essencial para orientar políticas de qualificação profissional e incentivo à criação, inovação e competitividade nos diversos setores económicos.

Figura 4 – População empregada (nº) por sexo e situação na profissão, em 2021



Fonte: INE

Figura 5 – Média do desemprego registado (nº) segundo o sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, o tempo de inscrição e situação face à procura de emprego, em 2023

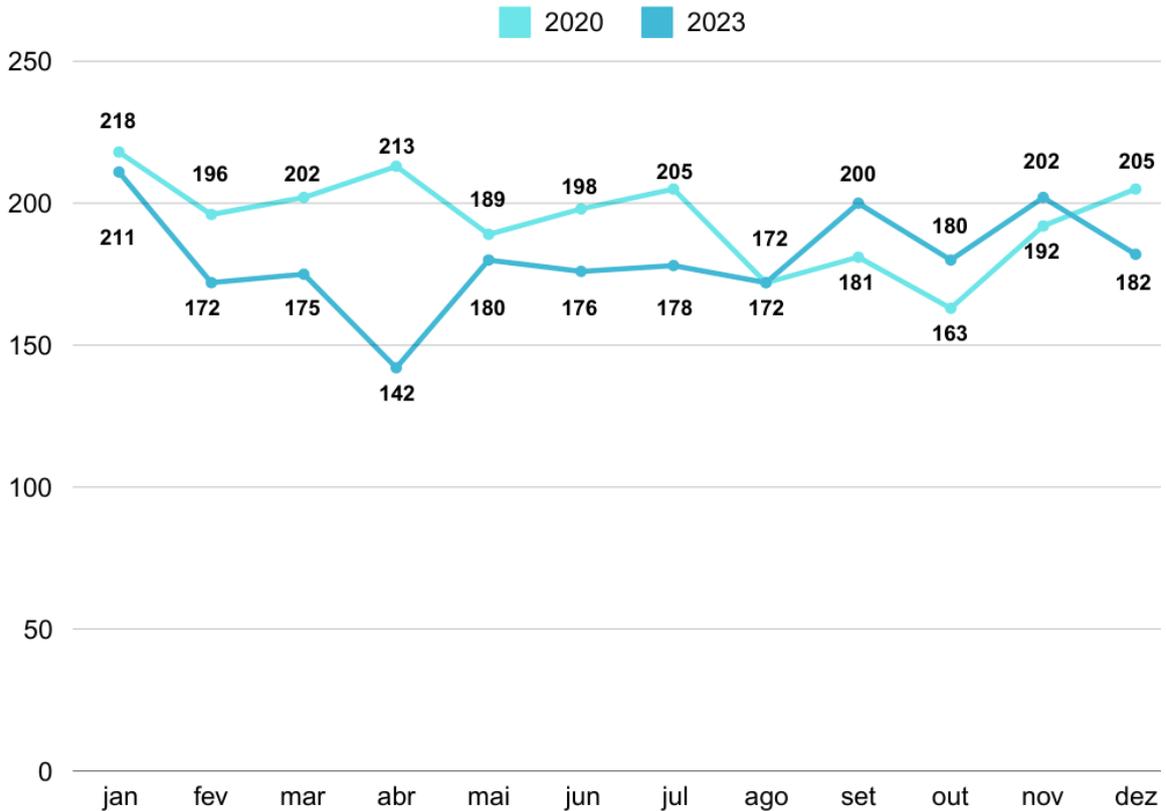


Fonte: Relatório de Estatística Mensal por Concelhos, IEFP

Foi calculada a média das inscrições das pessoas desempregadas ao longo do ano de 2023, segundo dados presentes no relatório de estatística mensal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, uma vez que não existe uma base de dados anual. Deste modo, percebe-se que, em média, 4% da população residente em Alfândega da Fé está inscrita no IEFP em situação de desemprego. É perceptível ainda uma disparidade nas mulheres desempregadas em detrimento dos homens, sendo as primeiras representadas com um maior número. Quanto aos grupos etários vemos que o número maior de registos de desemprego se verifica entre os 35 e os mais de 55 anos. Finalmente, verifica-se que o número menor de desempregados/as inscritos/as observa-se nas pessoas com o ensino superior.



Gráfico 3 – Desempregados/as inscritos/as (nº) ao longo dos anos de 2020 e 2023



Fonte: Relatório de Estatística Mensal por Concelhos, IEFP

No gráfico acima apresentado estão presentes dados homólogos de forma a que seja possível fazer uma comparação do número de pessoas em situação de desemprego, inscritas no IEFP, sendo possível constatar que nos primeiros sete meses do ano há menos inscrições em 2023 do que em 2020, estando presente a existência de uma interseção no mês de agosto, verificando-se nos meses seguintes valores mais elevados em 2023, à exceção do último mês do ano.

É do conhecimento geral que um território com uma dimensão populacional como a do Concelho de Alfândega da Fé traz consigo desafios, também, ao nível da empregabilidade uma vez que o tecido empresarial torna-se insuficiente e consequentemente a oferta de emprego é insuficiente.



Potencialidades para a qualificação profissional e competências de empregabilidade

O concelho de Alfândega da Fé é muito rico em história e tradições, desde as suas lendas, a sua criação, as suas gentes cheias de histórias para contar, as suas tradicionais romarias, as paisagens e a sua localização proporcionam a este concelho grande potencialidade de investimento e conhecimento da região. Não obstante, de acordo com a Comissão Interministerial de Coordenação, os municípios da região interior Norte são classificados de municípios de baixa densidade uma vez que possuem população abaixo dos cinco mil habitantes, de entre os quais está inserido o concelho de Alfândega da Fé. Para colmatar esta classificação é necessário criar medidas de forma a investir em áreas que aumentem postos de trabalho, desenvolvimento da região e aumento de habitantes. Três áreas com grande potencial de investimento que proporcionam o aumento dos postos de trabalho e desenvolvimento rural são a produção, a transformação dos produtos e o turismo. As duas primeiras permitem a criação de postos de trabalho e desenvolvimento rural pois são utilizados terrenos atualmente abandonados, ao mesmo tempo que são cativados clientes vindos de outras zonas do continente ou até do estrangeiro. A terceira área permite atrair turistas e evidenciar zonas características da região, criar postos de trabalho e desenvolvimento financeiro da mesma.

- A **agricultura** tem um peso extremamente significativo no território que traz consigo potencialidades neste âmbito. Falando de produção, são exemplos de investimento a amêndoa, a noz, o medronho, o mirtilo, a amora, a framboesa, a castanha, a cereja e outros frutos. A produção animal também é uma área de investimento interessante uma vez que a região Norte tem potencial de pastos para os animais permitindo o crescimento destes de forma natural e saudável fazendo a diferença na procura desta carne. A plantação de floresta, nomeadamente de sobreiros é importante para que haja a reflorestação desta zona ajudando também na criação de postos de trabalho. Além da produção, a transformação dos produtos apresenta procura por parte da população, nomeadamente a amêndoa laminada, farinha de castanha e de amêndoa, compotas, licores, queijos, carne, fruta desidratada, óleos entre outras possibilidades de produtos transformados.



- **Gabinete + Economia:** No sentido de impulsionar e dinamizar os setores económicos do concelho, de forma transversal e integrada, o Município de Alfândega da Fé criou uma equipa de missão multidisciplinar designada “+ Economia”. O trabalho desta equipa está estruturado em quatro eixos: Investimento, Agricultura, Eventos e Diáspora, assumindo-se estas áreas como estratégicas para o desenvolvimento económico do território de modo a desenvolver um conjunto de serviços e funcionalidades que permitam aproximar empresas e cidadãos/ãs, quer no apoio ao empreendedorismo e à instalação de novas empresas, quer às empresas já estabelecidas. Pretende ainda criar políticas de empregabilidade, promovendo a melhoria contínua e a internacionalização do tecido empresarial, visando o aumento da capacidade competitiva da economia do concelho. Esta equipa presta apoio total ao tecido empresarial do concelho, numa perspetiva de apoio às empresas existentes e à captação de investimento e de empreendedores/as. Promovendo as potencialidades de Alfândega da Fé através do apoio e criação de novas empresas, de emprego e de inovação de produtos e serviços e a sua internacionalização, essenciais para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.
- **Gabinete de Inserção Profissional (GIP):** presta apoio a jovens e adultos/as desempregados/as no percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com as unidades locais do IEFP – Centros de Emprego e Formação Profissional e Centros de Emprego. Neste sentido, o GIP desenvolve:
 - Ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora;
 - Captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação;
 - Divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos;
 - Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e formação profissional no espaço europeu;
 - Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego;
 - Apoio à inscrição *on-line* dos/as candidatos/as a emprego;



- Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social.
- **Espaço Cowork | Alfândega da Fé +Economia:** oferece as condições ideais para quem pretenda desenvolver a sua atividade profissional longe dos ambientes urbanos. Este novo ambiente de trabalho partilhado não só oferece vantagens práticas a nível profissional e pessoal, como também fortalece a comunidade e impulsiona a economia local, garantindo as melhores condições de trabalho e de desenvolvimento de projetos empresariais. Este ambiente colaborativo e inovador é ideal para a troca de ideias e para o desenvolvimento de novos projetos, fomentando o crescimento económico da região.

5. Igualdade de Género

A igualdade entre mulheres e homens é um dos princípios da Constituição da República Portuguesa (art.º 13º), sendo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado (art.º 9º).

A Administração Pública Local desempenha um papel fulcral na eliminação de tais desigualdades e discriminações pela sua relação de proximidade com as populações e para tal é necessário olhar a igualdade de género de modo transversal a todas as áreas e domínios da intervenção política e pública ao nível local.

Reconhecendo a importância da integração da dimensão da igualdade de género e das práticas de cidadania na administração pública local enquanto requisito de boa governação, a Câmara Municipal de Alfândega da Fé tem vindo a percorrer um caminho com vista à implementação de uma estratégia integrada nesta matéria, contribuindo para a construção de uma estreita relação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

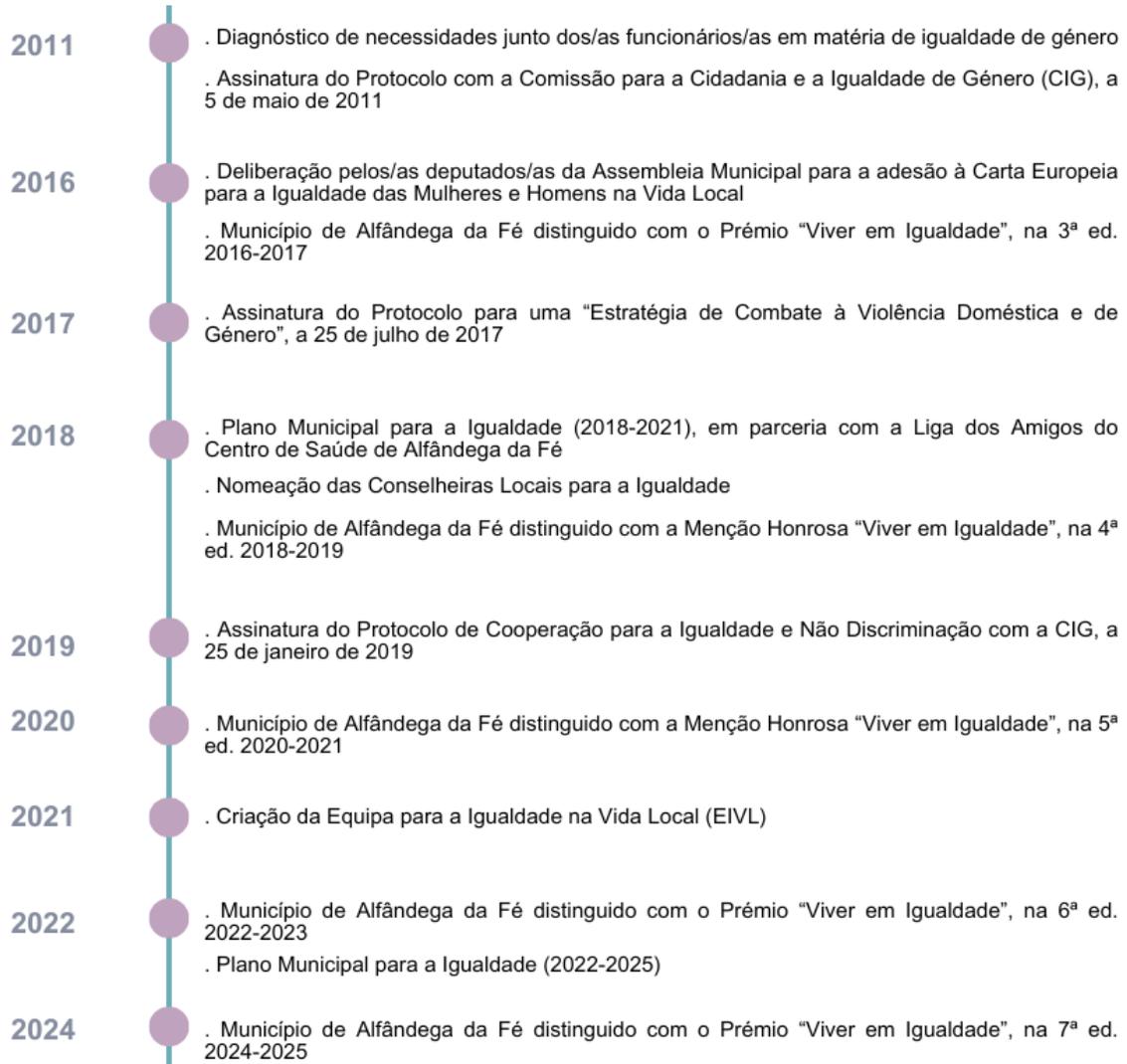
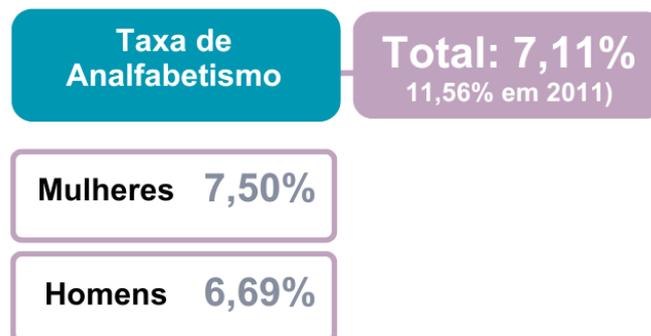


Figura 6 – Taxa de analfabetismo (%), por sexo



Fonte: INE, Censos 2021



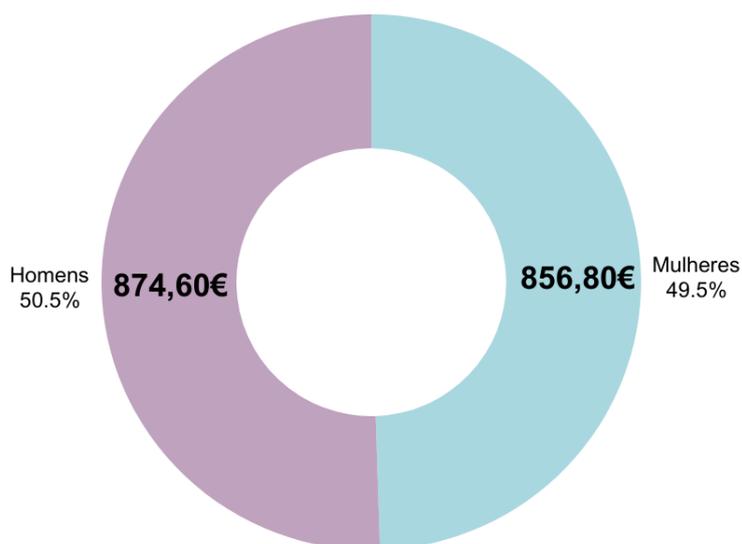
Figura 7 – População (%) por níveis nível de escolaridade e sexo



Fonte: INE, Censos 2021

No domínio da educação e formação, e tendo em conta a informação acima, pode constatar-se que a taxa de analfabetismo, embora tenha diminuído ao longo dos anos, continua mais elevada no sexo feminino. Relativamente ao nível de escolaridade, observa-se que os homens têm uma percentagem no ensino básico, no entanto há um maior número de mulheres que terminaram o ensino secundário e o ensino superior, comparativamente aos homens.

Gráfico 4 – Ganho médio mensal por sexo, em 2021

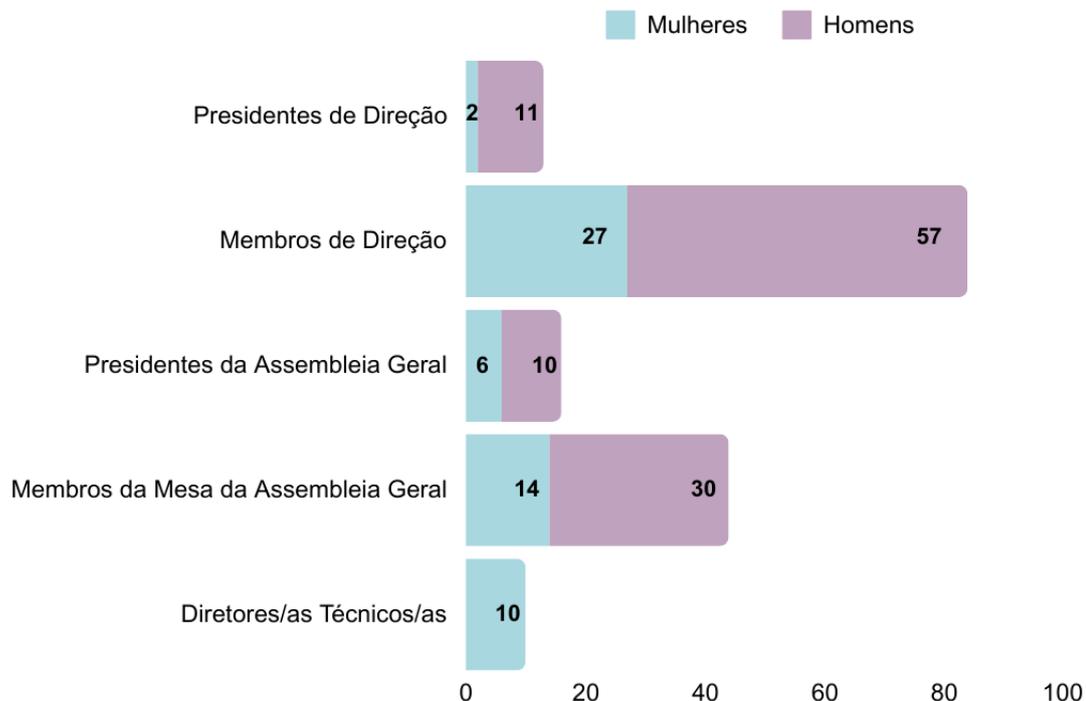


Fonte: Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Alfândega da Fé (2022-2025)



O diferencial do ganho médio mensal entre homens e mulheres no concelho é de 17,80€ a favor dos homens, diferença essa que não é significativa.

Gráfico 5 – Representação por sexo nas organizações locais, em 2022



Fonte: Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Alfândega da Fé (2022-2025)

Figura 8 – Participação na vida política por sexo, em 2023



Fonte: Site do Município de Alfândega da Fé

De acordo com os dados expostos acima, verifica-se que o número de mulheres a exercer cargos de responsabilidade nas organizações é baixa, comparativamente aos



homens, destacando-se especialmente em cargos como presidentes de direção e seus membros. Contrariamente a esta tendência está apenas o cargo de diretor/a técnico/a em que é ocupado apenas por mulheres.

À semelhança da tendência verificada nos cargos ocupados nas organizações, também na participação na vida política se destacam os homens, observando-se um número sempre acima, quando comparado com o das mulheres.

Conclui-se que o concelho de Alfândega da Fé apresenta desigualdades de género ao nível da educação, formação e remuneração.

6. Grupos sociais em situação de vulnerabilidade

6.1. População Idosa

O envelhecimento demográfico constitui uma das principais características das sociedades ocidentais, não sendo a portuguesa uma exceção. O avanço da medicina, a melhoria das condições de vida e bem-estar social, aliados ao decréscimo da natalidade e fecundidade, estão na base do crescimento da população idosa.

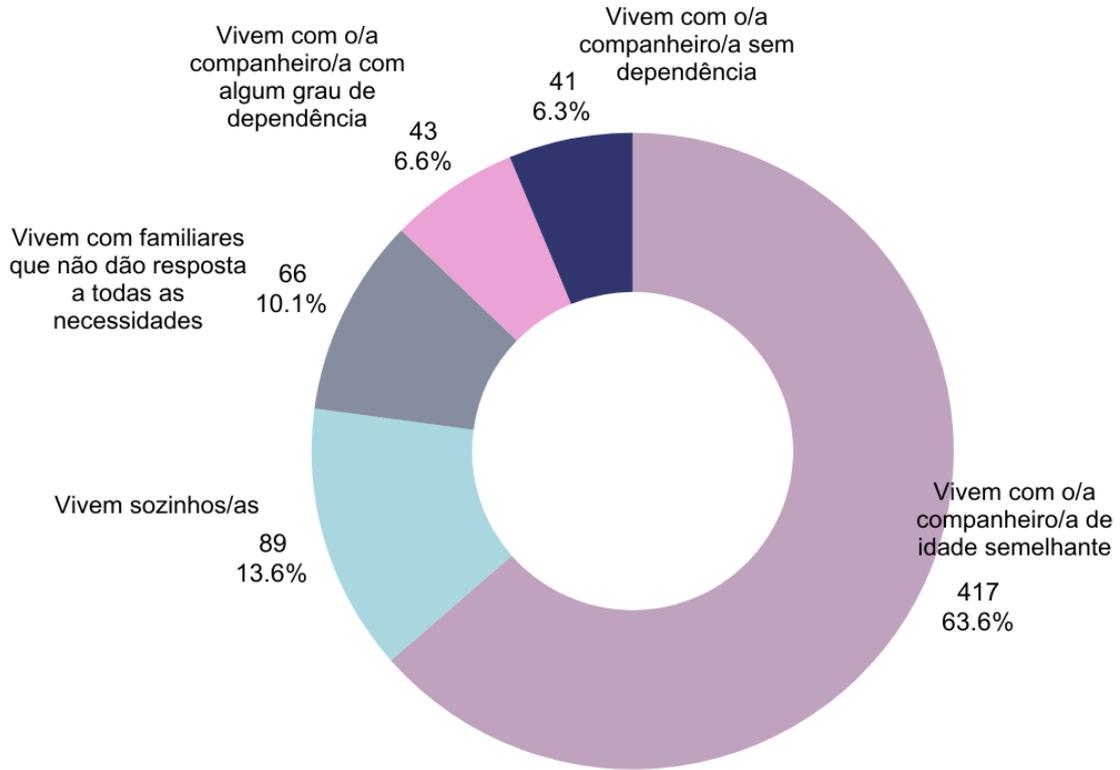
O concelho de Alfândega da Fé tem vindo a registar ao longo da última década um decréscimo populacional bastante acentuado, caracterizando a estrutura da população por um acentuado envelhecimento. Segundo dados do INE, o índice de envelhecimento do concelho é superior à média, ou seja, por cada 100 jovens, existem 447 idosos, em 2023.

Na sequência desta característica demográfica, a existência de idosos/as a viver sozinhos, em situação de dependência e sem retaguarda familiar, constitui um dos principais problemas do concelho. Para uma interpretação mais abrangente, foi realizado um estudo pelo Município de Alfândega da Fé, em 2013, de forma a perceber quantas pessoas idosas viviam sozinhas ou com alguém dependente a cargo.

No início do ano de 2021 foi levado a cabo um levantamento no Concelho de Alfândega da Fé de forma a aferir o número de pessoas idosas a viver sozinhas, como consta na imagem seguinte.



Gráfico 6 – Pessoas Idosas (nº) a viverem sozinhas, em 2021

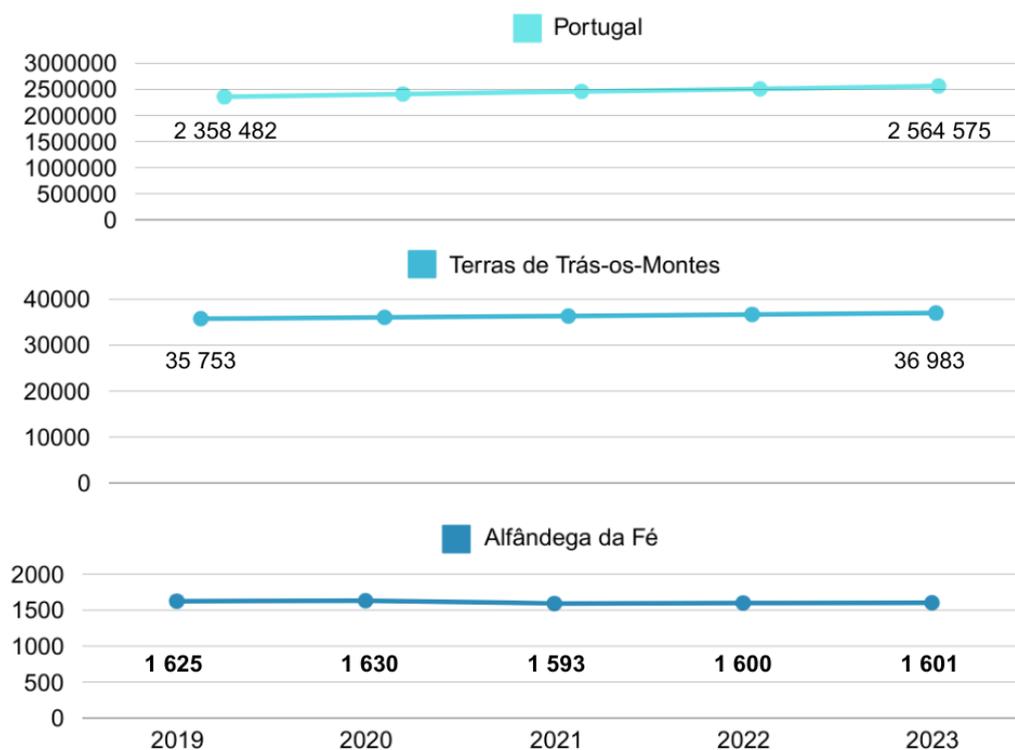


Fonte: Serviços da Ação Social do Município de Alfândega da Fé

Mais de metade das pessoas inquiridas neste estudo (417) vivem com o/a companheiro/a de idade semelhante, outras (89) vivem sozinhas, com familiares distantes ou sem cuidador/a e sem família, outras (66) vivem sozinhas com filhos/as ou familiares próximos que não dão resposta a todas as necessidades, outras (43) pessoas vivem com o/a companheiro/a com algum grau de dependência e outras (41) pessoas vivem com o/a companheiro/a sem dependência. Mediante o gráfico apresentado acima, conclui-se que o ponto fulcral é a coabitação de pessoas com idade semelhante.



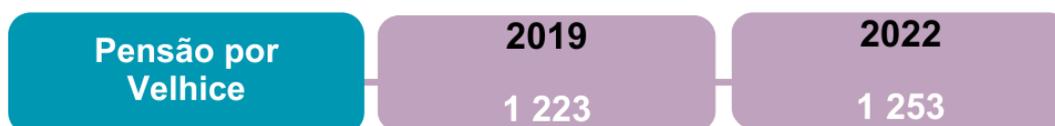
Gráfico 7 - População Idosa (nº) em 2019 a 2023



Fonte: INE

É possível constatar, segundo os números apresentados, que entre o ano 2019 e o ano 2023 o número de pessoas idosas aumentou, tanto em Portugal como nas Terras de Trás-os-Montes. Já em Alfândega da Fé, não obstante apresentar um número pouco significativo, observou-se um pequeno declínio no número da população idosa.

Figura 9 – Pensionistas (nº), por velhice, da Segurança Social, em 2019 e 2022



Fonte: INE

Segundo dados do INE, e tendo em conta o aumento do número de pessoas idosas no concelho, houve um ligeiro aumento do número de pensionistas por velhice em 2022, tendo por referência números de 2019.

INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS

Figura 10 – Capacidade máxima de resposta social

	ERPI ¹	Centro de Dia	SAD ²	Total
Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	50	--	53	103
Mini Lar de Vilar Chão	7	2	--	9
Mini Lar de Vilarelhos	10	--	--	10
Fundação Cônego Manuel Joaquim Ochoa	40	10	57	107
Centro Social Paroquial de Picões	--	--	23	23
Associação para o Apoio Social de Parada	15	--	--	15
Centro Social e Cultural de Gebelim	14	--	--	14
Centro Social e Paroquial de Sambade	23	--	45	68

Fonte: Instituições do Concelho

¹ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

²SAD – Serviço de Apoio Domiciliário



Figura 11 - Nº de utentes por valência

	ERPI	Centro de Dia	SAD	Total
Lar Nossa Senhora das Dores - Alfândega da Fé	50	--	53	103
Mini Lar de Vilar Chão	7	2	--	9
Mini Lar de Vilarelhos	10	--	--	10
Fundação Cônego Manuel Joaquim Ochoa	40	6	40	86
Centro Social Paroquial de Picões	--	--	23	23
Associação para o Apoio Social de Parada	15	--	--	15
Centro Social e Cultural de Gebelim	14	--	--	14
Centro Social e Paroquial de Sambade	23	--	45	68

Fonte: Instituições do Concelho

Figura 12 - Utentes em lista de espera

	ERPI	Centro de Dia	SAD	Total
Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé	17	--	0	17
Mini Lar de Vilar Chão	1	0	--	1
Mini Lar de Vilarelhos	2	--	--	2
Fundação Cônego Manuel Joaquim Ochoa	70	0	0	70
Centro Social Paroquial de Picões	--	--	3	3
Associação para o Apoio Social de Parada	35	--	--	35
Centro Social e Cultural de Gebelim	30	--	--	30
Centro Social e Paroquial de Sambade	30	--	0	30

Fonte: Instituições do Concelho



Dos dados que são apresentados, facilmente se conclui que as respostas existentes, referentes à valência ERPI, são insuficientes para o número de pessoas que necessitam delas uma vez que em todas as instituições existem utentes em lista de espera. Relativamente à valência de Centros de Dia observa-se também uma diminuta oferta dos mesmos uma vez que apenas duas instituições do Concelho detêm esta valência.

Outras respostas sociais

- **Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé (LACSAF)**, fundada a 9 de Março de 1999. Desenvolve projetos de coesão social que abrangem várias áreas em carência neste concelho.

Criou a **Universidade Sénior de Alfândega da Fé (USAF)**, em 2012 com o objetivo de ser um espaço de educação não formal que promove a mudança social para enfrentar os desafios do envelhecimento e permite a partilha de saberes e vivências e reforça ainda a solidariedade e o convívio entre gerações.



Banco de Ajudas Técnicas (BAT), desde 2014. É uma valência que permite o empréstimo caucionado de material geriátrico e de reabilitação a pessoas com algum tipo de incapacidade ou limitação temporária ou permanente. O material disponível no BAT serve a população residente, mas também dispõe de material e aparelhos que são utilizados nas consultas de enfermagem da Unidade Móvel de Saúde bem como nas aulas de atividade física e psicomotricidade da Universidade Sénior, numa lógica de partilha e entajuda que permite abranger o maior número de pessoas e as suas necessidades.



Projetos em Parceria

- **Unidade Móvel de Saúde (UMS)**, um projeto em parceria entre a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a ULS e a LACSAF, criada em 2011. Tem o objetivo de garantir saúde de proximidade, essencialmente às pessoas idosas de modo a melhorar a sua qualidade de vida de uma forma autónoma e qualitativamente positiva. Visa garantir uma vida mais segura e facilitada para idosos/as, pessoas com mobilidade reduzida e população em geral, através da prestação de cuidados de saúde primários, rastreios de saúde e sessões de educação para a saúde.



- **Projeto Mão Amiga**, um projeto em parceria entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, criado em 2023. Tem o objetivo de garantir saúde de proximidade, essencialmente às pessoas idosas, da freguesia de Alfândega da Fé, de modo a melhorar a sua qualidade de vida de uma forma autónoma.



6.2. Crianças e Jovens

À semelhança das restantes franjas da população do Concelho de Alfândega da Fé, é igualmente importante perceber as necessidades assim como os recursos já existentes.

- A **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da



criança e do/a jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. A CPCJ intervém na proteção das crianças e jovens quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

Figura 13 - Caracterização processual da CPCJ em 2023



Fonte: CPCJ de Alfândega da Fé

- O **Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé**, caracteriza-se pela importância da relação que estabelece diariamente com a comunidade dando ênfase ao contacto permanente com os pais e as famílias das crianças que frequentam a instituição, permitindo assim criar condições de continuidade educativa, procurando diariamente melhorar e inovar a sua atividade. Tem como objetivo participar, promover e incentivar o envolvimento de todos/as nas atividades da instituição para que as crianças se tornem adultos/as confiantes e bem formados/as.

Respostas Sociais: Creche e Pré Escolar



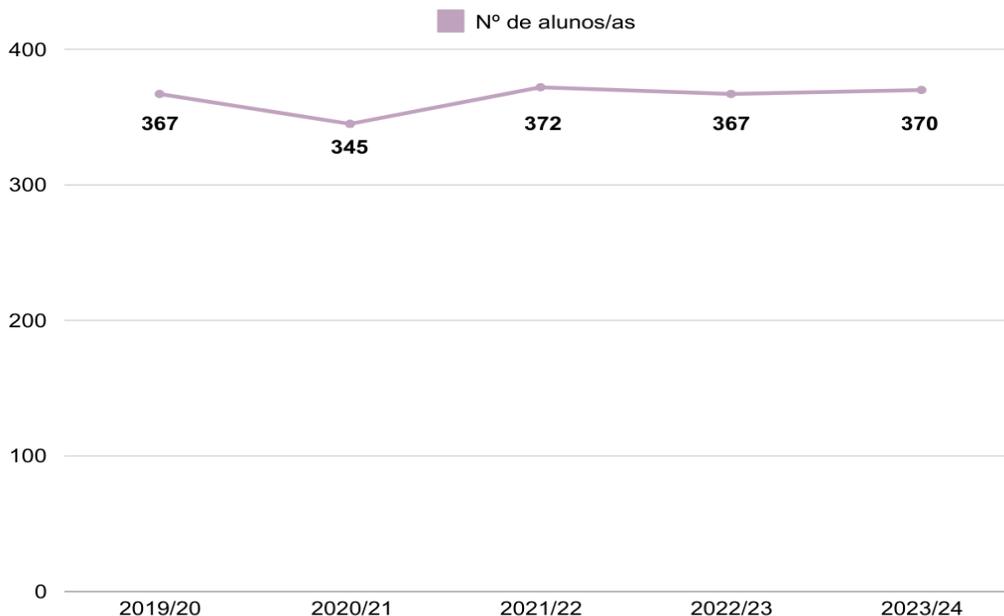
Figura 14 – Caracterização do Infantário da Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé

	Capacidade Máxima	Nº de Crianças a frequentar	Nº de Crianças em lista de espera
Creche	41	37	6
Pré Escolar	25	17	0

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé

- Garantia para a Infância** trata-se de uma prestação pecuniária, de carácter regular, que complementa o abono de família, destinada a crianças e jovens com idade inferior a 18 anos, pertencentes a agregados familiares que se encontram em risco de pobreza extrema. No âmbito do Conselho Local de Ação Social, foi criado em 2023, o Núcleo de Garantia para a Infância de Alfândega da Fé.
- Rede Pública de Ensino**

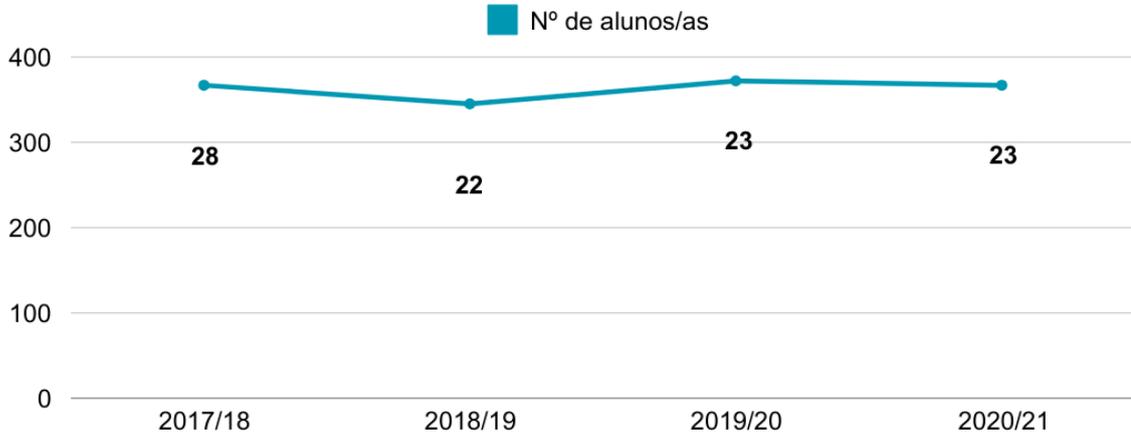
Gráfico 8 – Número de alunos/as matriculados/as no Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, nos anos letivos de 2019/21 a 2023/24





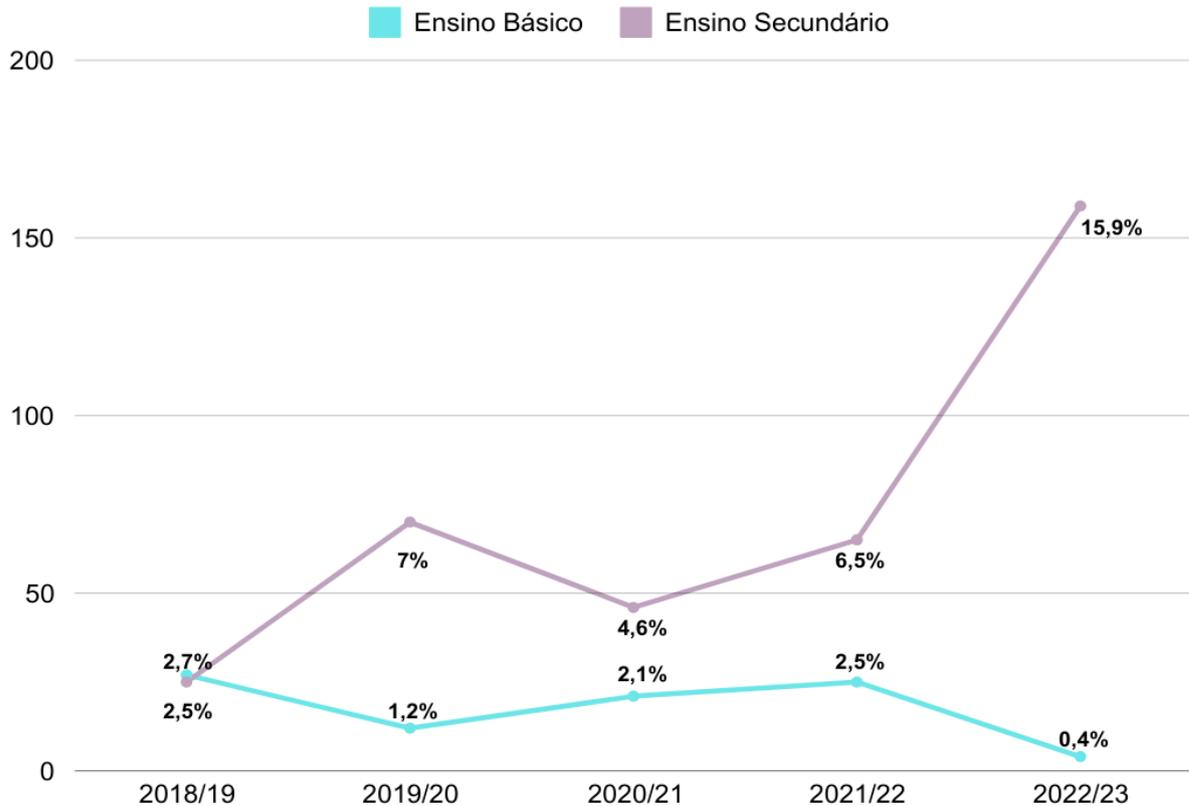
Fonte: Carta Educativa de Alfândega da Fé 2023

Gráfico 9 – Número de alunos/as abrangidos/as pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, de 2017/18 a 2020/21



Fonte: Carta Educativa de Alfândega da Fé 2023

Gráfico 10 – Taxa de retenção e desistência, por ano letivo e nível de ensino, de 2018/19 a 2022/23

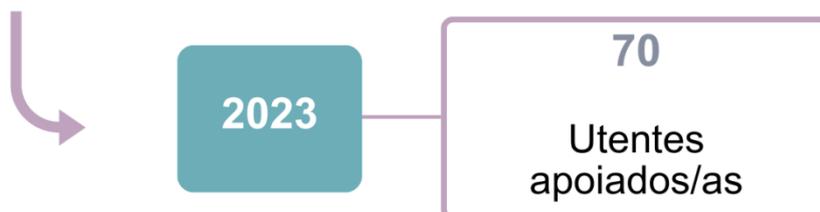


Fonte: DGEEC



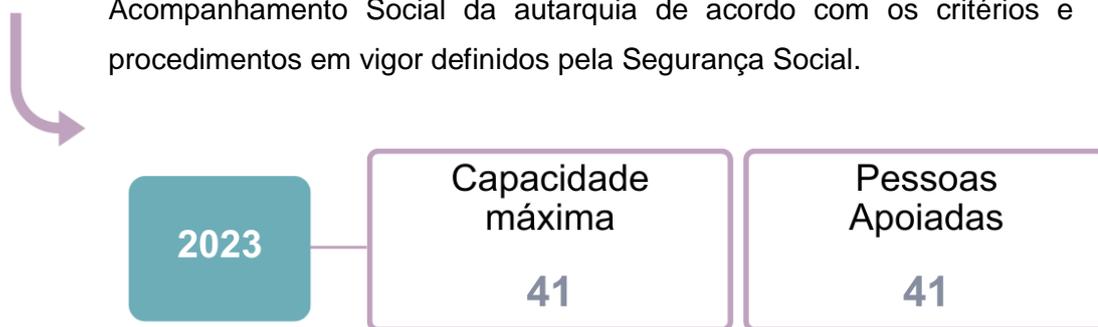
6.3. Pessoas em situação de carência/vulnerabilidade

- O **Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas** apoia pessoas em situação de carência económica com a distribuição de géneros alimentares. A entidade mediadora é a Santa Casa da Misericórdia de Alfândega d Fé.



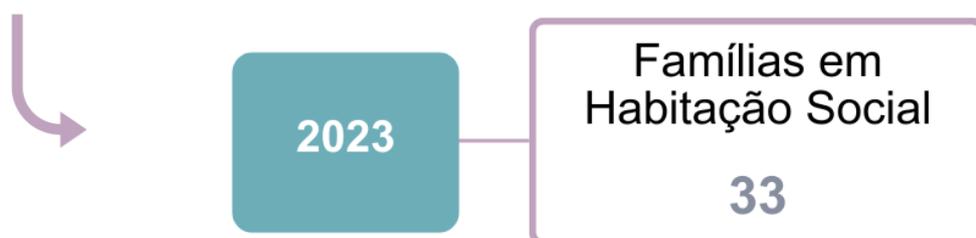
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé

- A **Cantina Social** é uma resposta social destinada ao fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, que se dirigem, ou são encaminhadas, ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da autarquia de acordo com os critérios e procedimentos em vigor definidos pela Segurança Social.



Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Alfândega da Fé

- **Habitação social:** constitui- como uma resposta estrutural destinada a uma franja da população com menores recursos económicos, permitindo-lhes o acesso a uma habitação que reúna as condições necessárias ao seu desenvolvimento e melhor qualidade de vida.

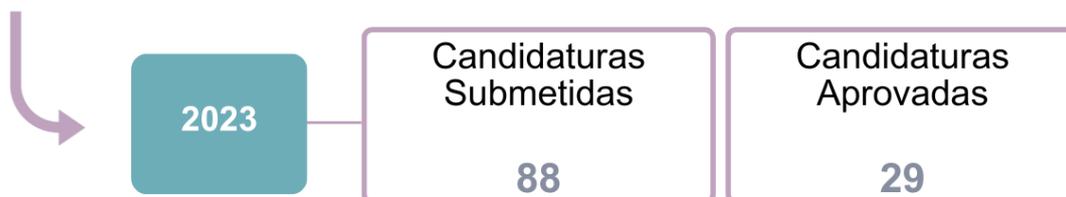


Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé



- O **Fundo social de apoio à habitação** destina-se à criação de condições mínimas de conforto e salubridade em alojamentos de famílias carenciadas residentes no Concelho de Alfândega da Fé. Este fundo consiste na comparticipação de pequenas obras consideradas prioritárias, para a satisfação das necessidades básicas de habitação, através do fornecimento de materiais de construção, mão-de-obra ou da atribuição de um subsídio, a candidaturas que não se enquadrem noutros programas da administração central de apoio à recuperação de habitação.
- **1º Direito** é um Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que apoia a soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O Programa assenta numa dinâmica promocional predominantemente dirigida à reabilitação do edificado e ao arrendamento.

Beneficiários/as diretos/as:



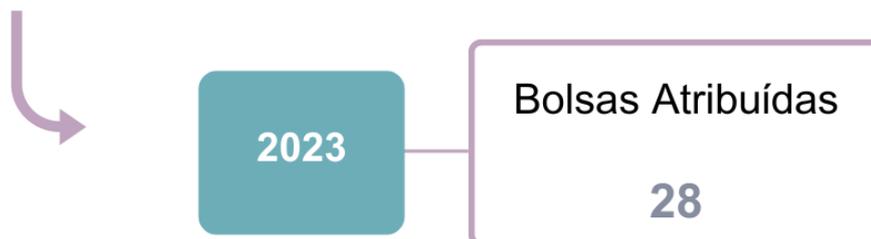
Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

Candidatura do Município:

O Município tem 2 candidaturas aprovadas no Programa 1º Direito, uma de aquisição e reabilitação de habitações e outra de reabilitação. Estas duas candidaturas vão permitir que sejam **atribuídas habitações sociais a 43 agregados familiares** que se encontram em lista de espera e a **realização de obras em 3 habitações sociais** já existentes.

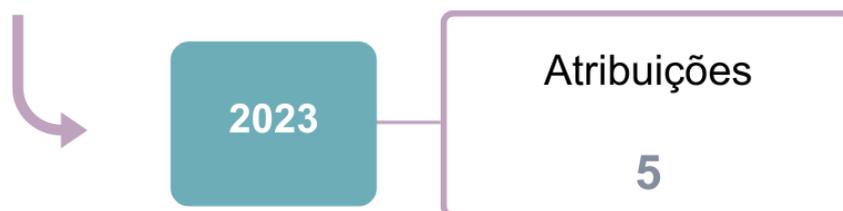


- As bolsas de **Apoio ao Ensino Superior** são direcionadas a alunos/as, de famílias carenciadas, que ingressarem no ensino superior.



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- O **Apoio a estratos sociais desfavorecidos** surge numa linha de política de combate à pobreza e exclusão social. O regulamento para atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidas tem como objeto a regulamentação da intervenção do Município na área social, de forma a promover a inserção social e a consequente melhoria das condições de vida da população carenciada.



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- O **Gabinete de Apoio ao Consumidor** pretende disponibilizar aos/às munícipes informações sobre o recurso ao crédito e gestão do orçamento familiar e apoiá-los/as sempre que o solicitarem.



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

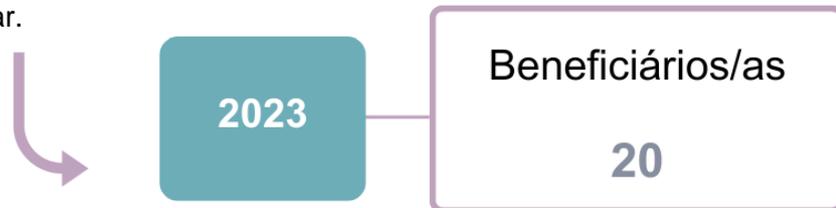


- O **Cartão Municipal Sénior** tem por objetivo facultar, à população mais desfavorecida, apoio em diversas áreas, através de benefícios que lhes propiciem melhores condições de vida.



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- O **Cartão ABEM** é o primeiro programa da Associação Dignidade e pretende dar resposta aos problemas de acesso a medicamentos. São beneficiários/as do ABEM os indivíduos carenciados, pretendendo-se abranger também os casos de inesperada carência económica decorrentes de situações de desemprego repentino ou de confronto com doença incapacitante, entre outros casos a analisar.

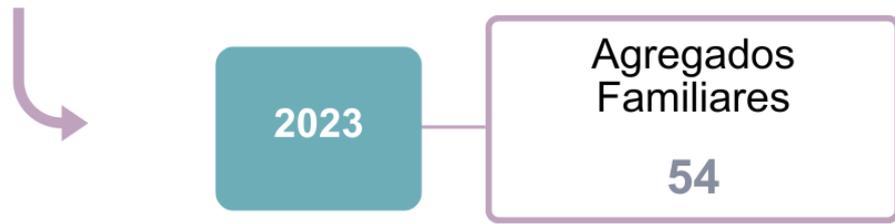


Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- O **Rendimento Social de Inserção (RSI)** apresenta-se como uma medida de política de proteção social de direito generalizado que tem como objetivo o de possibilitar às famílias, pessoas ou grupos a que se dirige um nível de rendimento mínimo indispensável à sobrevivência. É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas e um programa de inserção que integra um contrato composto por um conjunto de ações estabelecidas de acordo com as

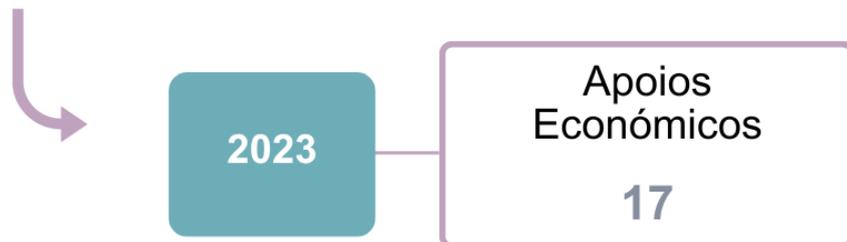


características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.



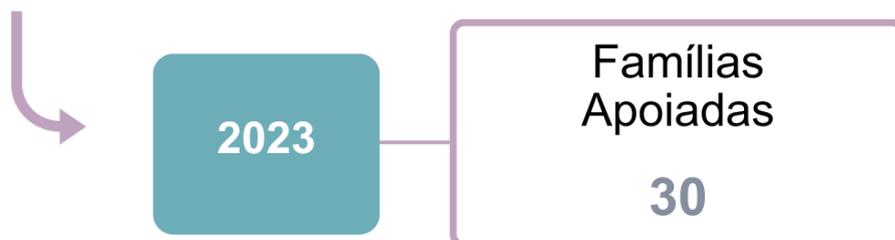
Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- O **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)** tem o objetivo de informar, aconselhar e encaminhar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada uma das situações, assim como contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social.



Fonte: Serviços de Ação Social do Município de Alfândega da Fé

- A Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé dispõe de uma **Loja Social** que faculta gratuitamente roupas usadas em bom estado, resultantes de donativos da comunidade, a famílias carenciadas que o solicitem.



Fonte: Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé

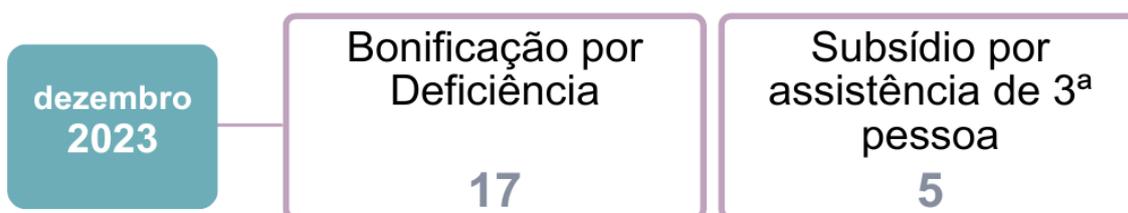


6.4. População com Deficiência

Consideramos a deficiência um tema que merece atenção na comunidade por várias razões fundamentais, que vão além da inclusão e acessibilidade. Esse tema está intimamente ligado a princípios de direitos humanos, igualdade e justiça social, influenciando profundamente o bem-estar e a coesão de uma sociedade.

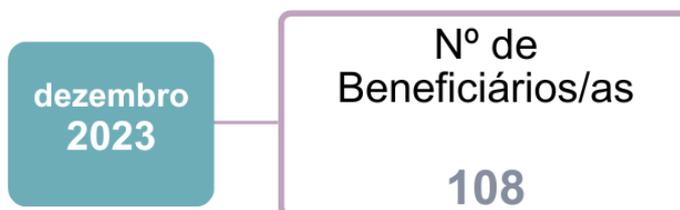
No processo participativo que deu arranque à elaboração do diagnóstico social, foram apontados problemas de acessibilidade nos espaços públicos para pessoas com deficiência e é possível constatar também que não existe uma resposta social, nomeadamente lares residenciais, para pessoas com deficiência.

Figura 15 - N.º de Titulares com processamento de Subsídio por Assistência de 3ª Pessoa e de Bonificação por Deficiência, em 2023



Fonte: Instituto da Segurança Social

Figura 16 - N.º de beneficiários/as com processamento de Prestação Social para a Inclusão, em 2023



Fonte: Instituto da Segurança Social



Figura 17 - Nº de pensionistas ativos/as, por sexo e regime, em dezembro de 2023

	Feminino	Masculino	Total
Regime Contributivo ¹	35	27	62
Regime Não Contributivo ²	-- 3	-- 3	-- 3

Fonte: Instituto da Segurança Social

Respostas Sociais para a População Portadora de Deficiência

- A **Associação LEQUE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**, desde setembro de 2010, tem como objetivo primordial, melhorar a qualidade de vida e o bem estar físico e emocional das pessoas com necessidades educativas (deficiência/incapacidade) e suas famílias.
- O **Balcão de Inclusão** resulta de um protocolo de colaboração entre o Município e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) e presta um atendimento especializado a pessoas portadoras de deficiência e respetivas famílias. Com este serviço é facultado o acesso a informação sobre direitos, apoios, benefícios e recursos existentes, quer sejam promovidos pela autarquia ou por outras instituições.

¹No Regime Contributivo estão incluídos o Regime Geral e o Regime Rural Regulamentar.

²No Regime Não Contributivo estão incluídos o Regime Rural Transitório e a Pensão Social.

³A pensão de invalidez do Regime Não Contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão.

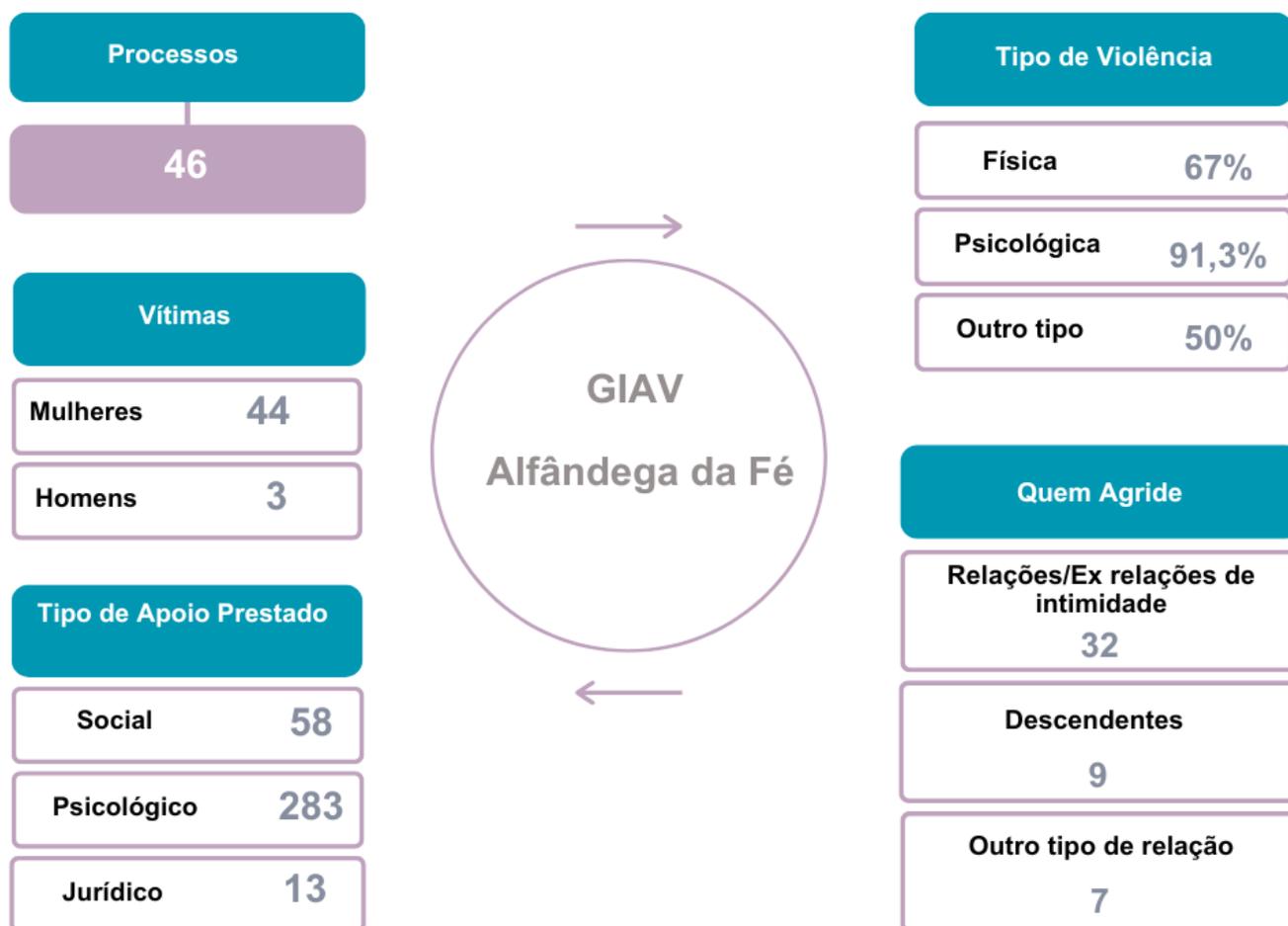


6.5. Violência Doméstica e de Género

Conhecer e discutir o tema da violência doméstica é essencial em qualquer comunidade uma vez que envolve questões de segurança, direitos humanos, saúde pública e bem estar social.

- O **Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima de Violência Doméstica (GIAV)**, desde 2013, é uma resposta social no atendimento, acompanhamento e encaminhamento de vítimas de violência doméstica e de género. Constitui-se como um reforço da rede local de instituições, no combate e prevenção desta problemática, que através de um serviço de proximidade, sigiloso e personalizado, fornece uma resposta integrada a nível social, psicológico e jurídico com vista à reconstrução de um projeto de vida livre de violência.

Figura 18 - Dados do Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima de Violência Doméstica em 2023



Fonte: GIAV- Alfândega da Fé

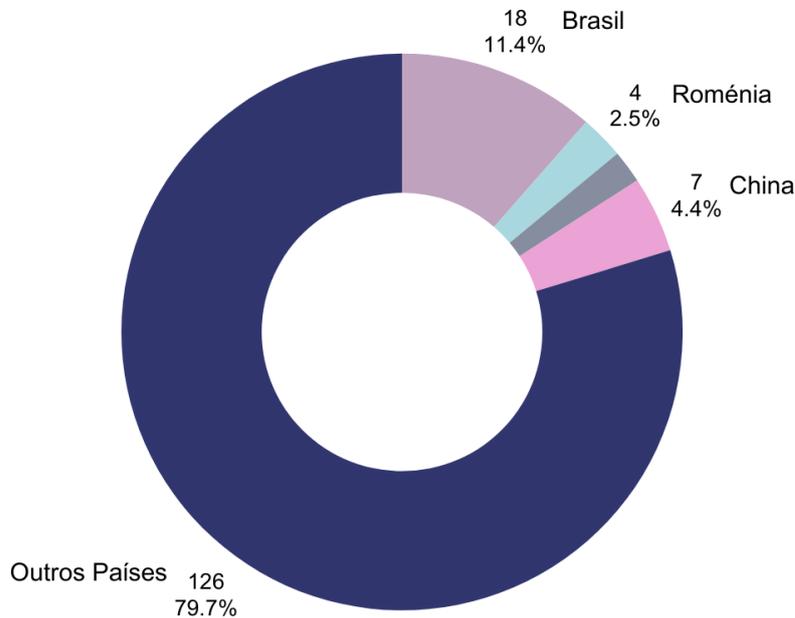


A violência doméstica é uma forma de abuso que ocorre geralmente em ambientes familiares ou íntimos e como tal, abordar o tema e sensibilizar a comunidade é crucial para criar uma sociedade mais segura e acolhedora. Trata-se de uma problemática que tem vindo a aumentar tendo em conta os dados da última caracterização diagnóstica onde mostrou que em 2020 havia 26 processos e os dados agora apresentados na figura acima, mostram que o número de vítimas teve um aumento considerável.

6.6. População Migrante

Alfândega da Fé tem visto um crescimento de pessoas migrantes nos últimos anos, como é mostrado nas imagens abaixo o que torna imprescindível um olhar atento a esta população e às suas necessidades.

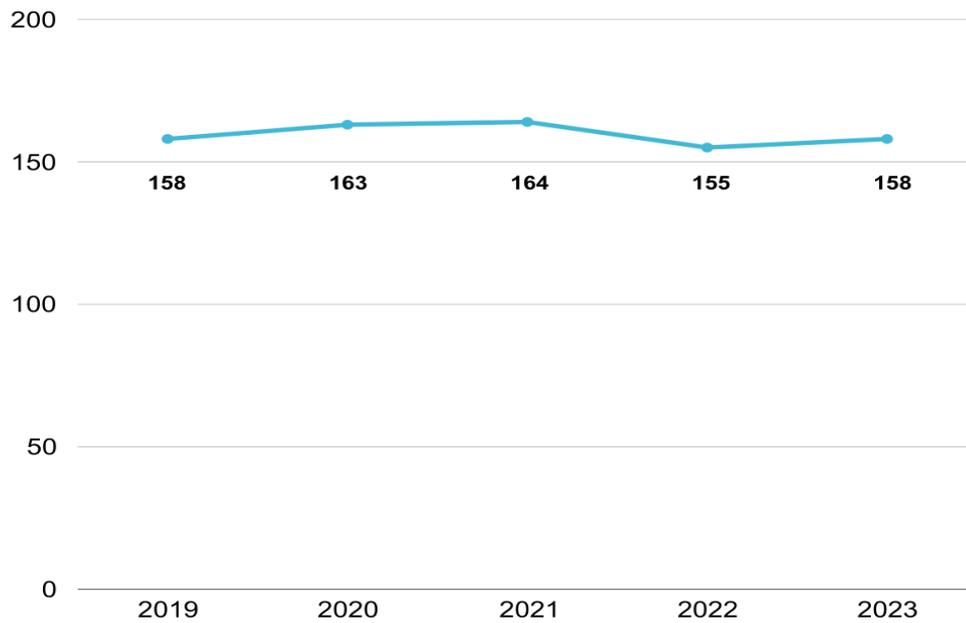
Gráfico 11 – População estrangeira com estatuto legal de residente (n.º) por local de residência em 2023



Fonte: INE



Gráfico 12 – Evolução do Número de Estrangeiros Residentes no Concelho de Alfândega da Fé



Fonte: SEFSTAT e INE

Figura 19 – Núcleos familiares de nacionalidade Búlgara acompanhados pelos serviços do Município de Alfândega da Fé



Fonte: Plano Local de Integração das comunidades Ciganas

A comunidade de nacionalidade búlgara ganha destaque comparativamente às restantes nacionalidades por estarem num maior número. O que nos transmitem as

instituições, e até mesmo os/as próprios/as cidadãos/ãs, como se pode observar no documento estratégico “Plano Local de Integração das Comunidades Ciganas de Alfândega da Fé”, esta comunidade, com uma cultura muito própria, é também uma comunidade com dificuldades ao nível da língua, não obstante todo o trabalho de proximidade que já é realizado. Verifica-se igualmente que as principais razões da fixação da comunidade migrante no concelho prendem-se com fatores económicos relacionados com a procura de trabalho, maioritariamente na agricultura, atividade que caracteriza o concelho. No entanto, estes quadros laborais evidenciam diferenças salariais e desenvolvem-se tendencialmente em contextos precários sem a existência de contratos de trabalho e sem quaisquer direitos.

Respostas para a População Migrante

- **Apoio ao Emigrante:** O Município de Alfândega da Fé dispõe de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, desde 15 de março de 2005, criado no âmbito de um protocolo entre o Município e a Direção Geral de Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, tem como principal objetivo prestar um serviço gratuito ao/à emigrante ou ex-emigrante, residente ou não em Portugal, bem como aos seus familiares.
- **Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM),** resulta de uma parceria estabelecida entre o Alto Comissariado para as Migrações e a autarquia e pretende ser uma rede local para um atendimento de proximidade aos/às migrantes, maioritariamente a população de nacionalidade búlgara, no caso específico do concelho de Alfândega da Fé.



7. Promoção da Saúde

Um dos principais indicadores do desenvolvimento de uma sociedade, sendo causa e efeito da sua evolução, é a saúde física e psíquica das suas populações, reflexo do tipo de oferta de cuidados aí existentes.

Figura 20 – Taxa Bruta de Natalidade (‰) e Partos (nº), em 2023



Figura 21 – Taxa de Mortalidade (‰), em 2022 e 2023





Um dos problemas apontados nas oficinas participativas foi a baixa natalidade e a falta de incentivos à mesma, problema este que condiciona e leva, inevitavelmente, a desafios transversais a qualquer comunidade e que acaba por ter impactos negativos nas mais diversas conjunturas e não apenas às diretamente ligadas à saúde.

Outro dado apontado como uma dificuldade na realidade do nosso território prende-se com o elevado tempo de espera ao acesso a consultas de especialidades de saúde.

Respostas na Área da Saúde

- O **Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco** (NACJR), que tem como missão apoiar e orientar a intervenção da saúde nas crianças e jovens em risco, com vista a uma mais efetiva prevenção do fenómeno dos maus tratos e a uma melhoria da qualidade das respostas do Serviço Nacional de Saúde a esta problemática.
- O **Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância** (SNIPI) tem a missão de garantir a Intervenção Precoce na Infância através de um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança (até aos 6 anos de idade) e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social.
- **Curso de Preparação para o Parto e Parentalidade**
- **Saúde Escolar:** Existência de uma equipa multidisciplinar cuja intervenção se realiza junto de todas as crianças em idade escolar que desenvolve diversos projetos no âmbito da literacia em saúde, promovendo assim as escolhas, os comportamentos e a adoção de hábitos saudáveis.



- **Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI):** Esta equipa baseia a sua intervenção na prestação de cuidados domiciliários, pretendendo implementar um modelo de prestação de cuidados adaptado às necessidades do/a utente, onde este/a possa aceder aos cuidados necessários, no tempo e locais certos e pelo/a prestador/a mais adequado/a.
- **Transporte de doentes oncológicos aos serviços hospitalares:** O Município de Alfândega da Fé e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé assinaram um protocolo de colaboração para o transporte de doentes oncológicos. Desde 2013 que a autarquia assegura deslocações semanais de doentes para receberem os seus tratamentos no Porto, Coimbra, Vila Real e Bragança.
O Município registou **112 transportes de utentes em 2023**, verificando-se um decréscimo dos mesmos tendo em conta o número de transportes **no ano anterior, sendo 337**.

8. Problemáticas Identificadas

Com base nos dados recolhidos e explanados no presente documento, surge a identificação das necessidades/problemáticas existentes no Concelho de Alfândega da Fé.

Na tabela abaixo esquematizamos as principais problemáticas, identificando as áreas prioritárias de intervenção assim como as linhas de intervenção estratégica, plasmadas também no Plano de Desenvolvimento Social e que permitirão a elaboração dos futuros Planos de Ação.

Problemas Identificados	Áreas de Intervenção	Linhas de Intervenção Estratégica
Aumento do Índice de envelhecimento	População Idosa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as condições de vida da população idosa ▪ Combater o isolamento social da população idosa ▪ Promover o envelhecimento saudável e ativo ▪ Aumentar a oferta das valências de ERPI e Centro de Dia
Oferta diminuta de Centros de Dia no Concelho		
Elevada lista de espera nas ERPI's		
Idosos/as a viver sozinhos, em situação de dependência e sem retaguarda familiar		
Isolamento das pessoas idosas e consequente dificuldade no acesso aos cuidados de saúde		
Número diminuto de discentes inscritos/as no Agrupamento de Escolas	Crianças e Jovens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a segurança, saúde, formação, educação e o desenvolvimento integral da criança e do/a jovem
Crianças em lista de espera na creche em consequência da reduzida oferta		
Aumento da taxa de retenção e desistência no ensino secundário		
Agregados familiares em lista de espera para obtenção de habitação social	Pessoas em situação de Carência/Vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar aos/às cidadãos/ãs e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas
Ausência de condições habitacionais		



Ausência de uma resposta social residencial para pessoas com deficiência	Pessoas com Deficiência	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar as medidas de apoio à população com deficiência▪ Promover o acesso aos cuidados de saúde e apoio social a pessoas dependentes – família – cuidador
Aumento dos casos de violência doméstica	Violência de Doméstica e de Género	<ul style="list-style-type: none">▪ Intervir no âmbito da problemática da Violência Doméstica e de Género, através de um trabalho de proximidade
Dificuldades na comunicação no que diz respeito à língua	População Migrante	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a integração da população Migrante ao nível dos seus direitos, nomeadamente, saúde, educação, segurança social e empregabilidade
Trabalho precário, com ausência de contrato e disparidades salariais		
Elevado tempo de espera ao acesso a consultas de especialidades de saúde	Saúde	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover serviços de saúde para todas as faixas etárias e necessidades da população
Escassez de ofertas de emprego	Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none">▪ Promover a empregabilidade▪ Reforçar o empreendedorismo
Tecido empresarial diminuto		

7. Nota Final

Alfândega da Fé enfrenta desafios comuns às regiões do interior português, como a diminuição da população residente assim como o aumento do envelhecimento populacional, que impacta diretamente a sustentabilidade dos serviços locais e consequentemente a sua fixação ou atração de novos/as moradores/as.

Os diagnósticos geralmente indicam que as áreas rurais enfrentam a dificuldade de manter a população jovem, muitas vezes atraída pelas oportunidades de emprego e educação nas grandes cidades. Em Alfândega da Fé, é comum observar a predominância de setores de atividade económica tradicional, como a agricultura e o turismo rural, mas que carecem da fixação de pessoas para que os investimentos já efetuados tenham (ainda) mais impacto.

Contudo, e apesar das estatísticas, Alfândega da Fé apresenta potencialidades significativas, especialmente na agricultura e no turismo sustentável, com atrativos naturais e culturais que podem ser explorados para gerar novas oportunidades económicas. Além disso, este documento servirá de base para a promoção de políticas públicas focadas no desenvolvimento rural de modo a impulsionar a economia e reverter a tendência de êxodo rural.

Em resumo, a conclusão do diagnóstico social de Alfândega da Fé revela a necessidade de medidas integradas que abordem tanto o aspecto social quanto o económico da região, focando no apoio ao desenvolvimento local, criação de oportunidades para as camadas mais jovens. Ao direcionar esforços para reverter o envelhecimento populacional e fomentar o empreendedorismo, Alfândega da Fé pode avançar para um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.